

Termo de Referência 38/2025

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2025	200390-SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI	LANDERSON DE ARAUJO BASTOS RAMOS	17/09/2025 11:07 (v 0.6)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado		08410003806202504

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 08410003806202504)

TERMO DE REFERÊNCIA

1.1. Contratação de serviços de capacitação da empresa Instituto Negócios Públicos, responsável pela realização do MasterClass de Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser realizado no período de 01 a 03 de dezembro de 2025, na cidade de Curitiba-PR, para capacitação/aprimoramento de servidores lotados no Setor de Administração e Logística da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí que atuam diretamente na GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL [A2] [A3]
1	Serviço de capacitação na ação de desenvolvimento MasterClass de Planilha de Custos e Formação, na modalidade presencial, a realizar-se na cidade de Curitiba-PR, período de 01 a 03 de dezembro de 2025. MIRANEIDE GONÇALVES DOS SANTOS VERAS,	14729	capacitação	1	R\$ 3.690,00	R\$ 3.690,00

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. Por se tratar de capacitação exclusiva realizada pela empresa NEGÓCIOS PÚBLICOS DO BRASIL-Estudos e Pesquisas na Administração Pública – INP – Ltda, trata-se de uma INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO nos termos do Inc III do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021, por inviabilidade de competição.

1.3. O masterclass Planilha de Custos e Formação de Preços, possui as seguintes peculiaridades:

- Apostila com conteúdo exclusivo do evento.
- Certificado Geral com carga horária de 24 horas.
- Apresentação teórico-prática, totalmente interativa, envolvendo os participantes nos cálculos dos valores dos itens e no correto preenchimento de planilhas de custos e formação de preços de bens e serviços.
- Utilização de duas telas de projeção. Numa delas serão apresentadas as memórias de cálculo, através de fórmulas desenvolvidas especificamente para determinação do valor de cada item, e na outra o preenchimento das planilhas

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.4. O serviço é enquadrado como não contínuo

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. As mudanças legislativas ocorridas nos últimos anos, a exemplo da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), assim como os demais atos normativos que surgiram para regulamentação da citada lei federal, requerem a necessidade de atualização periódica dos servidores envolvidos na temática de GESTÃO/FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

2.1.1. Os normativos preveem que os órgãos deverão estabelecer planos de capacitação que contenham iniciativas de treinamento para a formação e a atualização técnica de agentes de contratação, pregoeiros, membros da equipe de apoio, a serem implementadas com base em gestão por competências.

2.1.2. As atividades relacionadas à gestão e fiscalização de contratos administrativos são de suma relevância para a Administração Pública. sendo, tais procedimentos, pautados pelos princípios da legalidade, transparência e economia ao erário público, razão pela qual se faz imprescindível a constante capacitação, atualização e valorização dos servidores que atuam na área;

2.2. A escolha da presente ação de capacitação (participação masterclass Planilha de Custos e Formação de Preços), organizado pela Instituição Negócios Públicos deve-se à notória especialização dos profissionais que ministrarão as aulas, o conteúdo programático que serão tratados, principalmente quanto à aplicação da NLLC - Nova Lei de Licitações e Contratos - Lei nº 14.133/2021. A Referida empresa integra o Grupo Negócios Públicos que possui quase 20 anos de atuação, experiente na realização de grandes eventos e congressos, cursos e treinamentos promovidos para a atualização e aperfeiçoamento de servidores públicos responsáveis por melhorar e qualificar as atividades licitatórias e de gestão de contratos, desenvolvidas pela Administração Pública. Neste trabalho de capacitação (Ciclo de Capacitação Corporativo), o Instituto Negócios Públicos concentra seus esforços na cuidadosa eleição de temas e assuntos atualizados, seleção e exposição de professores/palestrantes conceituados pelo setor, com metodologia e material de apoio exclusivo, bem como utilização de recursos tecnológicos que auxiliam e favorecem a melhor assimilação dos conteúdos apresentados em ambientes apropriados, tendo por principais objetivos a especialização e a constante elevação dos níveis de conhecimento de seus clientes. É por estas razões que o Instituto Negócios Públicos possui um circuito de programação efetivo e diversificado para melhor atender a demanda nacional, oferecendo seus serviços em todas as regiões do País, na forma de eventos em geral.

2.3. Destaca-se que o Curso foi escolhido por considerar a singularidade do assunto, a notória especialização dos professores e a data agendada ser o período de mais possibilidade de ausência dos servidores, sem prejudicar o bom andamento dos setores.

2.4. A escolha do prestador do serviço foi em razão de se tratar de um serviço técnico especializado, com conteúdo programático adequado, carga horária e pela singularidade do evento, conforme folder amplamente divulgado pela empresa Instituto Negócios Públicos.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Tratam os serviços da natureza não comum referente a contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, nos termos do Inciso III do Art. 74 da Lei 14.133/2021 e enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.2. Refere-se a Serviço de capacitação na ação de desenvolvimento MasterClass de Planilha de Custos e Formação, na modalidade presencial, a realizar-se na cidade de Curitiba-PR, período de 01 a 03 de dezembro de 2025, com carga horária de 24 horas.

3.3. O objetivo da capacitação é apresentar aos participantes conhecimento e recursos para o correto preenchimento de Planilhas de Custo e Formação de Preços, utilizando uma metodologia teórico-prática, totalmente interativa, envolvendo os participantes nos cálculos dos valores dos itens e no correto preenchimento de planilhas de custos e formação de preços de bens e serviços.

3.4. O investimento inclui material de apoio como: apostila com conteúdo exclusivo e certificado com carga horária de 24 horas.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. *No caso, por se tratar de capacitação, não se aplicam regras de sustentabilidade;*

Subcontratação

4.5. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

4.6. Os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

4.6.1. A contratada deverá prover o local para realização do treinamento, em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os temas a serem abordados. Além das instalações físicas e do material de apoio, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados..

4.6.2. Exige-se que o corpo de professores tenha renome e experiência na área de gestão e fiscalização de contratos públicos, com boa didática, de modo que a capacitação consiga agregar conhecimento, análise crítica, sugestões de inovação, e preparar o servidor para atuar de forma racional, segura e eficiente.

4.6.3. Considerando que o objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento dos profissionais que trabalham na área de **Gestão e Fiscalização de Contratos**, é primordial que o evento disponibilize palestras ou oficinas voltadas para a temática.

4.6.4. Assim, tendo em vista a gama de informações que nutre o tema, almeja-se que treinamento tenha, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas-aula de duração, de modo a conseguir abordar as principais temáticas e atualizações sobre a matéria.

4.6.5. Ao final do evento, deverá ser disponibilizado certificado para todos os participantes que tiveram aproveitamento no curso.

4.6.6. Considerando todas as peculiaridades que envolve a contratação, exige-se que o fornecedor detenha experiência pretérita na realização de cursos de capacitação com carga-horária similar à pretendida.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. O masterclass Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser realizado nos dias 01 a 03 de dezembro de 2025 na cidade de Curitiba/PR

Materiais a serem disponibilizados

5.2. Será disponibilizada apostila com o conteúdo e certificado para os participantes.

5.3. CONTROLE DA EXECUÇÃO

5.3.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3.3. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, nos termos do Art. 155 da Lei 14.133/2021.

5.3.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.3.5. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.3.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.3.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

5.3.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

5.3.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III)

5.3.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

5.3.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

5.3.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.4. São obrigações da Contratante:

6.4.1. Destacar os servidores que deverão ser capacitados nos termos propostos neste Termo de Referência.

6.4.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a realização da capacitação e colher cópia dos certificados da capacitação.

6.4.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.4.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.4.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência;

6.5. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução serviços propostos, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução será conforme relatório fornecido pelos participantes da capacitação;

7.3. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.3.1. não produziu os resultados acordados,

7.3.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.3.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente e definitivamente, de acordo com o relatório do participante.

7.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Liquidação

7.6. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.7. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.8. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) a data da emissão;
- II) os dados do contrato e do órgão contratante;
- III) o período respectivo de execução do contrato;
- IV) o valor a pagar; e
- V) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.10. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.11. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.11.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.11.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.12. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.13. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.14. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.15. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.16. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.17. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.36. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.37. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.37.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.38. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2. 3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,05% (cinco décimos por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.[A1] [A2]

8.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;[A3]

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** do valor da contratação ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea.

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze)** dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. . As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. Trata-se de serviço a ser contratado por contratação direta por INEXIGIBILIDADE, conforme constam dos autos.

Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Tratando-se de inexigibilidade, a contratada informou através de folder que os preços são de caráter único para todos os participantes de quaisquer órgãos ou empresas.

DA HABILITAÇÃO

9.5. A Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

9.5.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5.2. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burlar será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. O interessado será convocado para manifestação previamente à uma eventual negativa de contratação.

9.8.. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

9.9. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

9.10. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.11. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.12. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.13. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

HABILITAÇÃO JURIDICA

9.14. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.15. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.

9.16. . Filial, sucursal ou agência de sociedade simples o empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.

9.17. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

9.20. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

9.21. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

9.22. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal, relativo ao domicílio ou sede do contratado, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

9.23. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do contratado, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

9.24. Caso a CONTRATADA seja considerada isenta de tributos relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração emitida pela correspondente Fazenda do domicílio ou sede do fornecedor, ou outra equivalente, na forma da lei.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. *O custo total da contratação, que é R\$ 3.690,00 (três mil seiscentos e noventa reais)*

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas

RANNYELLE LOPES FERREIRA

Gestora de Contratos

De acordo,

THALES PINHEIRO RODRIGUES

Chefe do SELOG/SR/PF/PI

APROVAÇÃO MOTIVADA DA AUTORIDADE COMPETENTE:

Considerando a necessidade de capacitação constante dos servidores que atuam na área de gestão e fiscalização de contratos e tendo em vista a promulgação da nova lei de licitações e contratos, trazendo importantes inovações, **APROVO** o presente Termo de Referência, justificado pela obrigação do cumprimento do normativo legal no atendimento das necessidades da Superintendência Regional de Polícia Federal no Piauí, ao tempo que **AUTORIZO** a continuidade dos feitos objetivando a contratação por Inexigibilidade de Licitação, nos moldes insculpidos no Inciso III do art. 74 da Lei 14.133/2021.

MELISSA MAXIMINO PASTOR

Delegada de Polícia Federal

Superintendente Regional no Piauí

13. ANEXO I

ANEXO I[A1]

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Contratações de pequeno valor - art. 95, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, Orientação Normativa nº 84, de 17 de maio de 2024[A2])

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 5 (cinco) dias*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato, *Nota de Empenho*.
- 1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
- 1.3.. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:
 - 1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;
 - 1.3.2 o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Termo de Referência e em seus anexos, conforme proposta da empresa e folder sobre a capacitação.

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- 2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. FORO

- 9.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal no Piauí, Seção Judiciária de Teresina para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA[A1]

Não se aplica

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: NSTITUIÇÃO DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO nº 141478545/2025-GESCON/SELOG/SR/PF/PI

SUPERINTENDENCIA REG.DEP.POLICIA FEDERAL - PI

Estudo Técnico Preliminar 40/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08410.003806/2025-04

2. Descrição da necessidade

2.1. Considerando que os órgãos e entidades da Administração Pública são obrigados, em regra, a realizar licitações para aquisição de bens ou contratações de serviços, por força do mandamento insculpido no inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal, que estatui:

" Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações".

2.2. Considerando que as atividades relacionadas às compras públicas são de suma relevância para o funcionamento da Administração Pública, que depende de bens e serviços de terceiros para executar as missões institucionais. Que os processos licitatórios devem ser instruídos em obediência a uma série de normas e princípios que demandam constante atualização e aprimoramento dos agentes que laboram na área, com vistas a alcançar os melhores resultados para satisfação do interesse público.

2.3. Nesse contexto, é imprescindível o treinamento e capacitação desses servidores, que necessitam atuar de maneira eficiente e segura, seguindo os mandamentos constitucionais e legais que regem a matéria. Além da capacitação, também é primordial a troca de experiências e o intercâmbio de informações entre servidores de outros órgãos, auxiliando em situações concretas e na tomada de decisões de casos que são rotineiramente apresentados.

2.4. Merece destaque, ainda, a publicação da Lei nº 14.133/2021, que alterou todo o macroprocesso das licitações públicas, criando novos conceitos e institutos, e aperfeiçoando procedimentos já existentes. Assim, com a publicação da nova lei de licitações e contratos, todos os servidores que trabalham na área necessitam de atualização para o bom emprego da norma. Cabe frisar que a Lei nº 14.133/2021, que dispõe sobre normas gerais de licitações e contratos, trouxe algumas inovações acerca da atuação dos agentes públicos envolvidos no processo licitatório, dentre elas a criação do agente de contratação.

2.5. Nesses termos, o principal objetivo da contratação é promover o aprimoramento profissional dos servidores da instituição, proporcionando a formação, capacitação e atualização dos agentes públicos para bem planejar, contratar e operacionalizar as compras de bens e contratações de serviços no âmbito da Administração Pública Federal.

2.6. A Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), instituída pelo Decreto nº 9.991, de 28 de agosto de 2019, tem por objetivo promover o desenvolvimento dos servidores públicos nas competências necessárias à consecução da excelência na atuação dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

2.7. O curso denominado "MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS", na modalidade presencial, tem como foco apresentar aos participantes conhecimento e recursos para o correto preenchimento da "Planilha de Custos e Formação de Preços" na contratação de serviços, conforme ANEXO VII-D da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 05/SEGES-MPDG, de 26 de maio de 2017, e respectivas alterações.

2.8. Desta forma, é imprescindível a participação no MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS, tendo em vista que os servidores que atuam diretamente nessa seara necessitam estar atualizados, exercendo suas atribuições de maneira mais eficaz, de modo a adquirir e aperfeiçoar conhecimentos com o intuito de maximizar os resultados nas ações que envolvam a gestão e fiscalização das contratações públicas no âmbito da SR/PF/PI.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
GESCON/SELOG/SR/PF/PI	MIRANEIDE GONÇALVES DOS SANTOS VERAS

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. A contratada deverá prover o local para realização da capacitação, em ambiente amplo, limpo e arejado, com espaço suficiente para abrigar todos os participantes, fornecendo materiais de apoio, como lápis, caneta, bloco de anotações e apostila com os temas a serem abordados. Além das instalações físicas e do material de apoio, todos os equipamentos e recursos tecnológicos para o bom andamento do treinamento serão custeados pela contratada, que detém expertise para quantificar e qualificar os objetos essenciais ao desenvolvimento das atividades e à interatividade dos participantes, com vistas ao melhor aproveitamento dos temas abordados.
- 4.2. Exige-se que o corpo de professores tenha renome e experiência na área de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, com boa didática, de modo que a capacitação consiga agregar conhecimento, análise crítica, sugestões de inovação, e preparar o servidor para atuar de forma racional, segura e eficiente.
- 4.3. Considerando que o objetivo da capacitação é o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na área de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos, é primordial que o evento disponibilize palestras ou oficinas voltadas ao desenvolvimento do tema.
- 4.4. Assim, tendo em vista a gama de informações que nutre a Temática, almeja-se que o treinamento tenha, no mínimo, 24 (horas-aula) de duração, de modo a conseguir abordar as principais temáticas e atualizações sobre a matéria.
- 4.5. Ao final do evento, deverá ser disponibilizado certificado para todos os participantes que tiveram aproveitamento no curso.
- 4.6. Diante do exposto, considerando todas as peculiaridades que envolvem a contratação, exige-se que o prestador detenha experiência pretérita na realização de cursos de capacitação com carga-horária similar à pretendida.

5. Levantamento de Mercado

- 5.1. Trata-se de curso de grande relevância devido a singularidade dos assuntos abordados e também pela notória especialização dos professores.
- 5.2. O evento acima satisfaz todos os requisitos almejados pela Administração Pública, contando com a presença de grandes nomes do cenário em gestão e fiscalização de contratos administrativos, que poderão suprimir dúvidas, aconselhar e apresentar as bases e princípios necessários à esmerada atuação dos profissionais envolvidos, proporcionando a qualificação e atualização necessária para aqueles que trabalham na área.
- 5.3. A ação de desenvolvimento denominada "MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS", ofertada pelo INSTITUTO NEGÓCIOS PÚBLICOS, não é um capacitação convencional ou rotineira encontrada livremente no mercado, em razão do tema, seu conteúdo programático e o público específico. Trata-se de evento exclusivo, fornecido por empresa com notória especialização de servidores públicos em âmbito nacional, tendo como principal foco o alcance do objetivo de agregar maior conhecimento para os servidores públicos, além de possuir um corpo docente com os mais renomados profissionais, com notória e extensa experiência em capacitação e treinamento desenvolvimento na área de administração pública.
- 5.4. Nesse cenário, por se tratar de tema específico, não havendo similar no mercado, o qual ocorre uma vez ao ano, a solução viável para contratação é por meio de Inexigibilidade de Licitação, conforme permissivo do artigo 74, inciso III, da Lei nº 14.133/21, que assim dispõem:
- 5.5. “É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
- (...)
- III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:*
- (...)
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;”*
- 5.6. O evento em comento propõe contribuir com a evolução das competências dos agentes públicos por meio de capacitação e preparação com o mais alto padrão de qualidade, haja vista que estarão presentes os maiores doutrinadores do país na área, além da possibilidade de troca de experiências com colegas de profissão de vários Estados da Federação.

5.7. Nesses termos, considerando que o treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, através de palestras e oficinas ministradas por professores experientes e renomados na área de COMPRAS/CONTRATAÇÕES PÚBLICAS/GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS é o principal objetivo da contratação.

5.8. Quanto à singularidade do serviço, parte da doutrina o conceitua como aquele que não pode ser reduzido a padrões objetivos de descrição e julgamento, ou seja, aquele que é impossível de definição, comparação e julgamento por parâmetros ou critérios objetivos, somado a uma complexidade especial, invulgar, extraordinária, sui generis, capaz de exigir um certo grau de confiança no executor, com menor risco possível para a contratação. Sobre esse ponto, cabe destacar trecho do Acórdão 7.840/2013, da Primeira Câmara do Tribunal de Contas da União:

"8. Verifico, entretanto, que o requisito da singularidade de que trata o inciso II do art. 25 da Lei 8.666/1993 não se confunde com a ideia de unicidade. Ou seja, o fato de haver mais de uma empresa atuando em determinado segmento do mercado não é incompatível com a ideia de singularidade do objeto a ser contratado.

9. Até porque, caso o conceito de singularidade significasse um único sujeito possível de ser contratado, estar-se-ia diante de inviabilidade de competição subsumível diretamente ao caput do art. 25 da Lei 8.666/1993. Não teriam, pois, qualquer aplicabilidade as disposições do inciso II desse artigo, que exigem o atributo da singularidade para as contratações diretas de serviços especializados com profissionais e empresas de notória especialização.

10. A respeito, cito as seguintes ponderações constantes do voto condutor do Acórdão 1074/2013-TCU-Plenário:

15. Primeiramente, porque o conceito de singularidade não está vinculado à ideia de unicidade. Para fins de subsunção ao art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93, entendo não existir um serviço que possa ser prestado apenas e exclusivamente por uma única pessoa. A existência de um único sujeito em condições de ser contratado conduziria à inviabilidade de competição em relação a qualquer serviço e não apenas em relação àqueles considerados técnicos profissionais especializados, o que tornaria letra morta o dispositivo legal.

16. Em segundo lugar, porque singularidade, a meu ver, significa complexidade e especificidade. Dessa forma, a natureza singular não deve ser compreendida como ausência de pluralidade de sujeitos em condições de executar o objeto, mas sim como uma situação diferenciada e sofisticada a exigir acentuado nível de segurança e cuidado. (grifei)

11. Sob esse aspecto, entendo assistir razão ao recorrente quando afirma que a existência de outras empresas no ramo não afasta, por si, só a possibilidade de contratação direta. Nessa linha, cito, ainda, o seguinte posicionamento do Supremo Tribunal Federal em que se explicitou o requisito da "confiança" como um dos elementos justificadores da contratação direta de serviços especializados:

2. "Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato" (cf. o § 1º do art. 25 da Lei 8.666/93). O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03- 08-2007 PP-00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322) (grifei)

12. Ponderáveis, ainda, as lições de Marçal Justen Filho (in Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos – 14ª ed. p. 380):

A inviabilidade de competição também se verificará nos casos em que houver impossibilidade de seleção entre as diversas alternativas segundo um critério objetivo ou quando o critério da vantajosidade for incompatível com a natureza da necessidade a ser atendida." (grifei)

5.9. Nesse contexto, a participação dos servidores no MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS se configura como serviço indispensável, tendo em vista que o tema abordado é especializado e específico, sendo de suma importância para o fiel cumprimento da execução dos contratos administrativos.

5.10. Alguns assuntos abordados como FORMAÇÃO DE PREÇO, ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONFORME IN 05/17 SEGES-MPDG – ANEXO VII D, guardam grau de complexidade que exige da instituição uma escolha adequada dos profissionais que ministrarão as palestras, com perfil necessário à explanação do conteúdo. Além do mais, o evento é voltado para os servidores que atuam nas diversas etapas das compras públicas, fazendo com que o grau de confiança na instituição promotora seja considerado o fator primordial para o sucesso da contratação.

5.11. A logística física e operacional também caracteriza a singularidade do serviço, tendo em vista que a contratada necessita dispor de vários espaços fechados para acomodação do pessoal, que serão distribuídos em oficinas, conforme tema de interesse, com toda estrutura e aparato tecnológico para o bom andamento do evento, somado à necessidade de contar com colaboradores aptos a prestar todo o apoio necessário aos participantes.

5.12. Outro ponto que merece destaque são os palestrantes e professores escolhidos pela instituição para ministrarem os conteúdos propostos. Conforme descritivo de divulgação, o evento contará com a participação de renomados doutrinadores, conhecidos nacionalmente e autores de grandes obras no tema.

5.13. Assim, não há dúvidas de que o serviço de capacitação pretendido guarda o quesito da singularidade, seja pelo programa proposto, pelos palestrantes e professores escolhidos, e pela complexidade na organização e dinâmica de execução, exigindo um grau de confiança subjetivo por parte da Administração, que são resultados de experiências pretéritas e de avaliação de outros entes públicos.

5.14. Por fim, quanto à notória especialização, não se pode negar que o Instituto Negócios Públicos, inscrito no CNPJ sob o nº 10.498.974/0002-81, se destaca no segmento de orientação, capacitação e treinamento de agentes públicos com uma diversidade de produtos e serviços específicos, especialmente voltados para área de Licitação e Contratos, além de contar com uma experiência de anos em capacitação direcionada às mais diversas áreas da administração pública, sendo agente multiplicador de conhecimentos, por meio de cursos, encontros e congressos, tendo como diferencial a excelência na qualidade de sua equipe de professores, atendimento e logística, com o objetivo de transmitir aos participantes as mais recentes atualizações legislativas e jurisprudenciais.

5.15. Desta forma, justifica-se a PARTICIPAÇÃO NO MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS, promovido pelo Instituto Negócios Públicos, pela temática a ser abordada, que abrange conhecimentos necessários em GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE Contratos Administrativos, com professores renomados e altamente gabaritados em suas áreas de atuação, agregando conhecimento e experiência aos participantes além das expectativas comuns. Por outro lado, a escolha da instituição se deve à experiência na realização de grandes eventos e na maestria como organiza e conduz as capacitações, proporcionado aos alunos as melhores condições e ferramentas para o aperfeiçoamento profissional.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução que se pretende contratar é a capacitação de servidores que atuam diretamente na área de Gestão e Fiscalização de contratos administrativos, na ação de desenvolvimento denominada "PARTICIPAÇÃO NO MASTERCLASS PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE BENS E SERVIÇOS", a ser realizada na modalidade presencial, entre os dias 01 a 03 de dezembro de 2025, na cidade de Curitiba-PR, pelo Instituto Negócios Públicos.

6.2. Os serviços possuem natureza não continuada, definido pelo artigo 16 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05/2017 como aqueles que impõem aos contratados o dever de realizar a prestação de um serviço específico em um período pré-determinado. Assim, por se tratar de evento de capacitação, a ser realizado em um período pré-determinado, não há que se falar em demanda continuada que se prolonga além do período informado, estando adstrita ao cumprimento das obrigações estabelecidas para as partes.

6.3. Por sua vez, enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

6.4. Além do mais, a experiência nas contratações anteriores em eventos de capacitação permite dispensar a formalização de instrumento contratual, possibilitando a substituição do instrumento por Nota de Empenho, cuja obrigação se encerra com a execução e aceite pela Administração Pública, sem riscos para defeitos ou vícios detectados após a execução dos serviços.

6.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da contratada e a Administração contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

6.6. Cabe ressaltar que ao se pleitear a capacitação em comento, almeja-se também uma completa imersão a um evento amplo que contará com discussões críticas, imbuído de estudos de casos, contando com a presença dos maiores doutrinadores, palestrantes, procuradores.

6.7. Desta forma, além da importância de entender as diversas mudanças ocorridas pela nova legislação de licitações e contratos, é preciso também capacitações que possam trazer o sentido prático de aplicabilidade da nova lei, incluindo todos os seus dilemas, conflitos e dicotomias.

6.8. O evento em análise oferecerá o conteúdo programático a seguir para que os participantes se aprofundem em temáticas específicas, conforme detalhado na programação (SEI 141625452):

FORMAÇÃO DE PREÇO • A questão do menor preço e a qualidade • A inexistência de equilíbrio • Conceitos - Licitação - Desembolso - Preço - Gasto - Custo - Despesa • Classificação dos Custos - Quanto à origem - Quanto ao volume de produção - Quanto à unidade do produto - Quanto às fases de produção • Composição do Preço • Custo Total • Receita Total • Ponto de Equilíbrio • Levantamento de Dados - A pesquisa de mercado - O tratamento dos dados coletados - A análise e interpretação dos dados coletados 3 - Medidas de tendência central - Dispersão - Margem de erro - Exercício • Planilha de Formação de Preço de Bem - Exercício

ELABORAÇÃO DE PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS DE SERVIÇOS CONFORME IN 05/17 SEGES-MPDG – ANEXO VII D • Composição da Remuneração - Salário Base - Adicional de Periculosidade - Adicional de Insalubridade - Adicional Noturno - Adicional de Hora Noturna Reduzida - Outros • Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários 13º Salário, Férias e Adicional de Férias Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) - INSS - Salário Educação - SAT/RAT - SESC ou SESI - SENAI ou SENAC - SEBRAE - INCRA - FGTS 4 Benefícios Mensais e Diários - Transporte - Auxílio Refeição/Alimentação - Assistência Médica e Familiar - Outros • Provisão para Rescisão - Aviso prévio indenizado - Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado - Aviso Prévio Trabalhado - Incidência de GPS, FGTS e outras contribuições, sobre o Aviso Prévio Trabalhado - Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado • Custo de Reposição do Profissional Ausente - Substituto na cobertura de férias - Substituto na cobertura de Ausências Legais - Substituto na cobertura de Licença Paternidade - Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho - Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade - Substituto na cobertura de outras ausências - Substituto na

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. O quantitativo solicitado para atendimento da demanda é a contratação de 1 (uma) empresa executante para capacitação de 1 (servidor) servidor no evento supramencionado, estimada em **R\$ 3.690,00** (três mil seiscentos e noventa reais), considerando o desconto de R\$ 410,00 (quatrocentos e dez reais), conforme proposta anexada SEI n. 141625433.

7.2. O registro com os nomes dos servidores indicados para a capacitação constam nos Termos de Compromisso anexados aos autos.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 3.690,00

8.1. A razoabilidade dos valores cobrados pela empresa Instituto Negócios Públicos, inscrito no CNPJ sob o nº 10.498.974/0002- 81 está devidamente comprovada nos autos por meio de resultado de contratação de outros órgãos/entidades, bem como propostas apresentadas para o mesmo evento a outras unidades, a fim de demonstrar que os valores ofertados estão compatíveis aos praticados no mercado.

No mesmo sentido é o teor da Orientação Normativa nº 17 da Advocacia-Geral da União:

“A razoabilidade do valor das contratações decorrentes de inexigibilidade de licitação poderá ser aferida por meio da comparação da proposta apresentada com os preços praticados pela futura contratada junto a outros entes públicos e /ou privados, ou outros meios igualmente idôneos.”

8.2. Na ação de desenvolvimento pretendida haverá emissão de passagens e diárias devido ao fato da capacitação ocorrer na cidade de Curitiba-PR, os quais correrão a conta da Superintendência Regional da Polícia Federal no Piauí.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Por se tratar de evento de capacitação, singular, e que agrega um grau de confiança no executor, não há que se falar em parcelamento ou divisibilidade do objeto. Nota-se que o objeto da contratação é a participação de servidores em evento de capacitação aberto a quaisquer interessados, de acordo com o conteúdo e dinâmica estabelecidos pela contratada, sem qualquer ingerência da contratante.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Não existe atualmente contratações similares, correlatas ou interdependentes em andamento para o mesmo objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. O objeto da contratação pretendida encontra-se em harmonia com o Plano Estratégico da Polícia Federal 2024/2027, que apresenta entre seus objetivos estratégicos o de - Transformar a PF em uma instituição orientada pela estratégia e governança, mediante a valorização dos servidores como objetivo estratégico, tendo como ação estratégica a gestão por competência, diante da qual serão fornecidos treinamento e capacitação adequados.

11.2. Pode-se citar, ainda, a Política de Desenvolvimento de Pessoal da Polícia Federal, instituída pela Portaria nº 6194-DG/DPF, de 16 de março de 2016, que prevê, em seu artigo 2º:

“Art. 2º: São finalidades da Política de Desenvolvimento da Polícia Federal:

I – Melhorar a qualidade, a eficiência e eficácia dos serviços prestados pela Polícia Federal;

II – desenvolver as competências individuais em função dos objetivos da instituição”;

11.3. Assim, observa-se a relação entre o evento pleiteado e a política estratégica da Polícia Federal de capacitar os servidores, principalmente porque os agentes públicos alvo do evento atuam diretamente com recursos públicos, sendo um dos fatores críticos de sucesso da instituição a constante atualização e aprimoramentos imprescindíveis ao desenvolvimento de suas atividades.

11.4. Por sua vez, ressalte-se que a contratação não está no Plano Anual de Contratações da Polícia Federal-PI, mas sim, prevista no Plano Anual de Contratações do órgão central-ANP, alinhada portanto, com o Planejamento Estratégico da Instituição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O evento a ser contratado fornece o conhecimento e a atualização necessária para uma atuação proba dos servidores do SELOG/SR/PF/PI, ou seja, permite aos agentes públicos o preparo necessário para atuar com o respaldo da legislação e das recomendações pelos órgãos de controle, respeitando os ditames legais e os princípios norteadores da Administração Pública.

12.2. Nesse contexto, não resta dúvidas que a Polícia Federal necessita capacitar seus servidores, com vistas a atuarem de forma eficiente, efetiva e eficaz na condução das suas atribuições legais, alcançando resultados satisfatórios ao cumprimento da missão do órgão, pelo melhor preço possível.

12.3. Desse modo, a presente contratação possibilitará aos servidores aprimorar suas habilidades, além de torná-los cada vez mais qualificados e aptos a enfrentar os desafios com os quais a Superintendência se depara constantemente no cumprimento da sua missão institucional.

12.4. Por todo o exposto, o principal resultado pretendido com a contratação é capacitação necessária à aplicação racional dos recursos públicos, objetivando à promoção do interesse público.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Conforme esclarecido acima, a experiência nas contratações anteriores em eventos de capacitação permite dispensar a formalização do instrumento contratual pela nota de empenho, já que, após a execução dos serviços e pagamento pela administração, não remanescem riscos futuros para as partes, conforme permissivo do artigo 95 da Lei nº 14.133/21:

"Art. 95. O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas seguintes hipóteses, em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço:

I - dispensa de licitação em razão de valor;

II - compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem obrigações futuras, inclusive quanto a assistência técnica, independentemente de seu valor."

13.2. Nesses termos, considerando que toda a programação e logística são de Responsabilidade da contratada, as providências a serem adotadas pela Administração Pública consistem na indicação prévia dos servidores a serem capacitados, já que estes são lotados nas unidades gestoras da Polícia Federal em todas as regiões do país.

13.3. Por sua vez, tendo em vista que o evento ocorrerá em local disponibilizado pelo prestador, não existe qualquer necessidade de adequação ao ambiente do órgão.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Impactos ambientais são as alterações no ambiente causadas pelas ações humanas. Os impactos ambientais podem ser considerados positivos e negativos. Os impactos negativos ocorrem quando as alterações causadas geram risco ao ser humano ou para os recursos naturais encontrados no espaço. Por outro lado, os impactos são considerados positivos quando as alterações resultam em melhorias ao meio ambiente.

14.2. Considerando que a contratação envolve a prestação de serviço técnico de capacitação e aperfeiçoamento profissional, eminentemente intelectual, salvo melhor juízo, não há impactos ambientais relevantes a demandar tratamento específico. Quanto aos materiais a serem fornecidos deverão considerar a composição, características ou componentes sustentáveis, atendendo, dessa forma, o disposto na Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação é totalmente viável com objetivo de promover o desenvolvimento e aprimoramento profissional, tendo em vista que o treinamento em questão visa proporcionar capacitação e atualização, além de promover o aperfeiçoamento profissional dos servidores que atuam na área demandada.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

RANNYELLE LOPES FERREIRA

Equipe de apoio

CAMILO MAGALHAES DA TRINDADE

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 26/11/2025 às 11:01:09.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/PI

MAPA DE RISCOS Nº 142125997/2025-GESCON/SELOG/SR/PF/PI

Processo nº 08410.003806/2025-04

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

O Mapa de Gerenciamento de Riscos permite identificar e tratar os riscos de a Solução não alcançar os resultados que atendam às necessidades do CONTRATANTE bem como os riscos que possam comprometer o sucesso da contratação, da seleção do fornecedor e da gestão contratual. Está em conformidade com o disposto na Seção IV, artigo 38 caput e §§ 1º, 2º, 3º, 4º e 5º da [Instrução Normativa 01, de 04 de abril de 2019](#).

Para cada risco identificado, devem ser relacionados os potenciais danos que a ocorrência do evento relacionado ao risco pode provocar, bem como sua probabilidade e as ações de prevenção e contingência e seus respectivos responsáveis. Os riscos identificados no projeto devem ser registrados, avaliados e tratados:

Durante a fase de planejamento, a equipe de Planejamento da Contratação deve proceder às ações de gerenciamento de riscos e produzir o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

Durante a fase de Seleção do Fornecedor, o Integrante Administrativo com apoio dos Integrantes Técnico e Requisitante deve proceder às ações de gerenciamento dos riscos e atualizar o Mapa de Gerenciamento de Riscos;

Durante a fase de Gestão do Contrato, a Equipe de Fiscalização do Contrato, sob coordenação do Gestor do Contrato, deverá proceder à atualização contínua do Mapa de Gerenciamento de Riscos, realizando as atividades elencadas no §3º da [Instrução Normativa 01, de 04 de abril de 2019](#).

MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS									
Fase	Risco	Probabilidade	Gravidade	Consequência	Resposta	Prevenção	Contingência	Responsável	Observação
Planejamento da Contratação	Baixa qualidade da especificação técnica	Baixa	Alta	•Não alcançar o objetivo da contratação. •Prejuízo para a Administração Pública, em termos de economicidade, melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis.	Mitigar	• Capacitar a equipe que elabora a especificação • Consultar o mercado; • Analisar processos semelhantes no Governo.	•Cancelar o processo de contratação; •Corrigir erros de especificação técnica no Planejamento da Contratação; •Reiniciar o processo de contratação.	Equipe de Planejamento da Contratação - CPL	

Planejamento da Contratação	Atraso no envio para T&D	Baixa	Alta	<ul style="list-style-type: none"> • Na continuidade da prestação dos serviços. 	Prevenir	<ul style="list-style-type: none"> • Cumprir cronograma do processo de contratação. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar e estabelecer prazos do processo de contratação. 	Equipe de Planejamento da Contratação	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar documentação dentro do prazo. - Solicitar celeridade na análise jurídica, quando for o caso. - Envolver mais pessoas na solução para evitar atrasos na documentação. - Gerenciar prazos do processo. - Verificar alternativas de contratação.
Planejamento da Contratação	Questionamento pelas áreas de compra e área de UCI	Média	Média	<ul style="list-style-type: none"> • Apontamento de melhorias, correção de erros, adequação à legislação vigente. 	Explorar	<ul style="list-style-type: none"> • Executar toda a fase de Planejamento da Contratação 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar o Planejamento da Contratação. 	Equipe de Planejamento da Contratação - CPL	<ul style="list-style-type: none"> - Preparar documentação dentro do prazo. - Verificar se a documentação está em conformidade com a legislação. - Revisar toda documentação.
Planejamento da Contratação	Questionamento pelo fornecedor	Média	Média	<ul style="list-style-type: none"> • Atraso no processo de contratação. 	Prevenir	<ul style="list-style-type: none"> • Revisão e aprovação do Planejamento da Contratação pelas áreas: requisitante, administrativa e técnica. 	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar os itens questionados do Planejamento da Contratação quanto aos detalhes relevantes frisados pelo fornecedor junto às áreas requisitante, administrativa e Técnica. 	Equipe de Planejamento da Contratação - CPL	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar se a solução pode ser atendida pelo mercado. - Garantir a competitividade. - Gerenciar prazos do processo. - Verificar alternativas de contratação. - Consultar fornecedores. - Alinhar a solução com a Microsoft.
Planejamento da Contratação / Seleção do Fornecedor	CAPACITAÇÃO NEGAGA	Média	Alta	<ul style="list-style-type: none"> • Não LIBERAÇÃO da T & d. • Não prestação da solução requisitada descrita no objeto da contratação 	Prevenir	<ul style="list-style-type: none"> • Revisar documentação técnica, jurídica e contratual antes de publicar o edital. 	<ul style="list-style-type: none"> • Reiniciar o processo de contratação visando à continuidade da prestação do serviço com recursos próprios da unidade 	Equipe de Planejamento da Contratação - CPL e DTI	<ul style="list-style-type: none"> - Verificar se a solução pode ser atendida pelo mercado. - Garantir a competitividade. - Consultar fornecedores. - Alinhar a solução com a Microsoft. - Verificar conformidade com a legislação vigente. - Gerenciar prazos do processo. - Verificar alternativas de contratação.

Planejamento da Contratação / Seleção do Fornecedor	Contratação com preço acima da média do mercado	Baixa	Alta	•Dano ao cofre público.	Mitigar	• Realizar processo de estimativa de preços em fase anterior a publicação do edital a fim de estipular um valor máximo para a contratação.	• Equipe dedicada para realização de novo processo licitatório. • Licitação dispensável.	Equipe de Planejamento da Contratação - CPL e DTI	- Verificar se a solução pode ser atendida pelo mercado. - Garantir a competitividade. - Fazer ampla pesquisa de preços, inclusive com consulta ao painel de compras do Governo federal.
Execução	Descumprimento dos prazos estipulados no Planejamento da Contratação	Média	Alta	•Atraso na entrega da solução.	Mitigar	• Acompanhar com rigor a execução do contrato;	• Aplicar os Níveis Mínimos de Serviço Exigido previstos no Planejamento da Contratação. •Exigir a estimativa de novo prazo e coletar a aprovação das áreas envolvidas •Corrigir erros que surgiram em decorrência do atraso	Fiscais e Gestor do contrato	- Notificar o fornecedor para que os prazos sejam cumpridos e/ou justificados os atrasos.
Execução	Atraso na Entrega da Solução pela contratada	Média	Alta	•Atraso na entrega da solução.	Prevenir	• Acompanhar e cobrar da empresa o cumprimento do prazo de entrega	• Aplicar as penalidades cabíveis por inexecução do contrato	Fiscais e Gestor do contrato	- Criar mecanismos para aplicar glosas ao fornecedor no caso de atrasos no fornecimento.
Execução	A suspensão ou má prestação dos serviços.	Alta	Alta	•Baixa capacidade de fornecer a solução.	Prevenir	• Acompanhar a execução do contrato – Na primeira ocorrência oficializar a CONTRATADA.	• Oficializar a CONTRATADA e aplicar as sanções previstas em lei e no contrato.	Fiscais e Gestor do contrato	- Documentar todos os problemas. - Juntar as ocorrências, notificações e glosas.

Em cumprimento ao disposto no art. 38, §5º da [Instrução Normativa 01, de 04 de abril de 2019](#), emitida pelo **Ministério da Economia/Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Governo Digital**, O Mapa de Gerenciamento de Riscos deve ser assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação, nas fases de Planejamento da Contratação e de Seleção de Fornecedores, e pela Equipe de Fiscalização do Contrato, na fase de Gestão do Contrato.

RANNYELLE LOPES FERREIRA
AADM
Gestora de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **RANNYELLE LOPES FERREIRA, Agente Administrativo(a)**, em 14/08/2025, às 08:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=142125997&crc=DD74CE56.
Código verificador: **142125997** e Código CRC: **DD74CE56**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
GESTÃO DE CONTRATOS - GESCON/SELOG/SR/PF/PI

NOTA TÉCNICA

Processo nº **08410.003806/2025-04**

Interessado: GESCON/SELOG/SR/PF/PI

Assunto: **AÇÃO DE DESENVOLVIMENTO**

Esclarecimentos adicionais da contratação

1 – Foi consultado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Consultoria Geral da União, porém não se verifica disposições aplicáveis, principalmente por se tratar de um evento, onde só possível verificar a conveniência e oportunidade de participação.

2 – Foi adotado o Termo de Referência disponibilizado pela Advocacia Geral da União (AGU), não tendo sido destacados as alterações, visto que os autos não serão submetidos a consulta daquela assessoria jurídica, portanto, trata-se a princípio de documentos definitivos, de modo que o procedimento de destaque representaria apenas retrabalho do demandante/área técnica e da Comissão de Licitação.

3 - Sobre a justificativa de preços, o objetivo é demonstrar que a Administração não está desembolsando valores acima do mercado em suas contratações, sendo assim, a Proposta comercial (141625433) tem seus valores corroborados pelas notas de empenho (143676299) de outras instituições, o que demonstra que não há valores superfaturas para este departamento.

4 - Não foi seguido o princípio ou catálogo de padronização (143637061), visto a singularidade do objeto, tratando-se ainda de fornecedor exclusivo conforme comprovação (142315350) não há o que se mencionar sobre competição, sendo ainda serviços, não se aplica a questão de preferência de marcas.

5 - Trata-se de atividades acessórias do órgão que visa capacitar servidores no para desempenho de suas atividades, contribuindo para o alcance dos objetivos finalísticos e acessórios do órgão

RANNYELLE LOPES FERREIRA
AGADM
(Assinar eletronicamente)



Documento assinado eletronicamente por **RANNYELLE LOPES FERREIRA, Agente Administrativo(a)**, em 26/11/2025, às 10:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143668690&crc=35E4A31A.](https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=143668690&crc=35E4A31A)

Código verificador: **143668690** e Código CRC: **35E4A31A**.